

Parecer nº 199/99

Data: 1999.11.17

Processo nº 767

Requerente: Maria da Conceição Rodrigues Teixeira Dias.

I - O pedido

Maria da Conceição Rodrigues Teixeira Dias, identificada no processo, requereu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso a dados clínicos de seu pai, Jorge da Luz Teixeira, o qual, segundo ela informa, deu entrada no Hospital de S. Francisco Xavier em 25/10/99, cerca das 14 horas, enviado do Hospital de Cascais, e foi transferido nesse mesmo dia para os Hospitais da Universidade de Coimbra, onde foi internado na Unidade de Queimados, tendo falecido às 9 horas e 30 minutos do dia 26/10/99. Concretamente pede cópia dos “resultados da avaliação médica dos exames que lhe foram efectuados, nomeadamente um TAC (cabeça)” no Hospital de S. Francisco Xavier.

A fundamentar o pedido, a requerente alega que “necessita daquela informação para seu próprio esclarecimento, devido a ter sido dispensada a autópsia” e acrescenta que “tudo se processou muito rápido e não houve tempo para falar com o médico” que atendeu o seu pai no Hospital de S. Francisco Xavier.

II - Os factos

Consideram-se provados os alegados parentesco e falecimento, através de fotocópias do bilhete de identidade da requerente e do certificado de óbito do referido Jorge da Luz Teixeira, que se juntaram ao processo.

Também se considera assente o facto, alegado pela requerente, de que necessita de aceder aos mencionados documentos clínicos para obter informação acerca da doença de seu pai quando foi internado.

III - O Direito

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º, nº 2);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA artigo 15º, nº 2 e artigo 20º, nº 1, alínea c) ;

É doutrina da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo existe em certas situações em que um familiar próximo da pessoa falecida, a quem se referem os dados a aceder, necessite de conhecer, com a maior certeza possível, a causa da sua morte. Além disso, os dados constantes do processo indiciam que a requerente pretende conhecer a causa da morte por ter dúvidas sobre as circunstâncias em que ela ocorreu, as quais só poderão ser dissipadas com o fornecimento do resultado dos exames a que requerente pretende aceder.

O interesse invocado permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito da requerente no acesso aos mencionados dados pessoais.

IV - Parecer

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Maria da Conceição Teixeira Dias à informação clínica de seu pai Jorge da Luz Teixeira, constante de documentos arquivados no Hospital de S. Francisco Xavier, desde

que, porém, este estabelecimento hospitalar se assegure de que tais dados não constituem meio de prova em processo que se encontre em segredo de justiça. Na verdade, contrariamente ao alegado pela interessada, consta do aludido certificado de óbito que foi feita autópsia médico-legal ao cadáver do referido Jorge da Luz Teixeira, pelo que é de presumir que haja ou tenha havido inquérito criminal.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a actual redacção dada ao artigo 8º da LADA pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

Conforme dispõe o artigo 10º, nº 3, da LADA, na redacção da Lei nº 8/95, de 29 de Março, *os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.*

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital de S. Francisco Xavier.

Aprovado na sessão da CADA de 17 de Novembro de 1999.

Amadeu Guerra (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Castro Martins (Presidente)